

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de Câmera de Vídeo USB, tipo Webcam, e Fone de ouvido, tipo Headset, de acordo com as especificações e definições constantes deste **TERMO DE REFERÊNCIA** e seus **APÊNDICES**.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	CATMAT	Valor Unitário Estimado Máximo Aceitável R\$	Valor Total Estimado R\$
1	Câmera de Vídeo USB, tipo Webcam	Unidade	450	479217	405,29	182.380,50
2	Fone de ouvido, tipo Headset	Unidade	250	382749	359,33	89.832,50

1.2. As especificações técnicas do objeto encontram-se descritas no **APÊNDICE "A"** deste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.3. O **CONTRATO** terá vigência de **5 (cinco) meses** a contar da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, no qual deverão ser garantidos todos os serviços de manutenção e suporte técnico dos equipamentos adquiridos.

1.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

1.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

1.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

1.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores ao das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

1.9. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

1.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo

Contratante.

1.11. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

1.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

1.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

1.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Com a publicação da [Portaria ANTT nº 127, de 26 de março de 2020](#), que estabeleceu as medidas de prevenção e redução do risco de contágio do coronavírus (COVID-19), no âmbito das unidades da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, ficou instituído o regime de trabalho remoto excepcional e temporário para os servidores em exercício na ANTT e suspensa a realização de reuniões presenciais que não se fizessem estritamente necessárias, adotando-se, excepcionalmente, o uso de teleconferência ou videoconferência, ou qualquer outra ferramenta de comunicação virtual, enquanto durasse o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

2.2. Neste sentido, com a adoção do trabalho remoto no âmbito da ANTT e a suspensão das reuniões presenciais, coube à Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTEC viabilizar o acesso dos servidores aos sistemas corporativos ou ambiente de rede para realização do trabalho remoto, bem como prover os recursos tecnológicos necessários que possibilitassem a continuidade das atividades desenvolvidas na Agência e a comunicação virtual entre os gestores, pares e subordinados das unidades organizacionais.

2.3. Visando cumprir suas competências regimentais, dentre as quais a de suprir e dar suporte às áreas da ANTT com recursos de informática e sistemas de informação necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas e de gestão interna (inciso VI, art. 41, da [Resolução ANTT nº 5.888/2020](#)) e competência disposta no art. 8º, da [Portaria ANTT nº 127/2020](#), a SUTEC disponibilizou notebooks, que conta com câmera de vídeo, para que as equipes de trabalho da ANTT pudessem utilizar esse recurso tecnológica para a realização de reuniões por videoconferência.

2.4. Entretanto, com a institucionalização do trabalho remoto de forma ampla no âmbito da ANTT, as reuniões por videoconferência se tornaram frequentes, requerendo a demanda por um volume maior de equipamentos (notebooks) aos servidores, que mesmo após a aquisição realizada não foram suficientes para suprir a demanda necessária.

2.5. Assim, considerando a importância das videoconferências realizadas pelas equipes da ANTT, modelo de comunicação que tem demonstrado eficiência nas atividades executadas a partir do trabalho remoto, e diante da indisponibilidade de notebooks para atender a demanda da ANTT, a equipe técnica da SUTEC verificou a possibilidade da aquisição de Câmeras de Vídeo USB, tipo Webcam, e Fone de ouvido, tipo Headset, a serem instaladas nos equipamentos (computadores/desktops), que possibilitará a continuidade das atividades dos servidores e a comunicação virtual por meio de videoconferência, uma vez que medidas precisam ser tomadas visando manter a infraestrutura adequada aos novos desafios que se apresentem.

2.6. Desta forma, diante do exposto, a aquisição de câmeras de vídeo, do tipo Webcam, e Fone de ouvido, tipo Headset, tem como principal objetivo prover as áreas negociais da ANTT de recursos

tecnológicos que possibilitem a comunicação integrada à plataforma unificada de comunicação e colaboração atualmente em uso na Agência, denominada *Microsoft Teams*, de forma a corroborar com o desenvolvimento das atividades desempenhadas diariamente pelas unidades organizacionais, tornando-se imprescindível para que a ANTT possa cumprir a sua missão institucional e atender com qualidade às expectativas dos usuários dos serviços de transportes terrestres, sociedade e a administração pública de forma geral.

2.7. Dentre os principais benefícios que se pretende alcançar com a aquisição, destacam-se os seguintes:

- a) Permitir a comunicação virtual e a realização de reuniões por videoconferência para atendimento às demandas das áreas negociais;
- b) Possibilitar a interação entre as unidades organizacionais a partir do uso de recursos tecnológicos de comunicação virtual;
- c) Prover aos usuários da ANTT, recursos tecnológicos compatíveis com suas necessidades;
- d) Prover com excelência o atendimento aos usuários das soluções de TIC para as diversas áreas da Agência, de acordo com seus objetivos estratégicos e metas;
- e) Garantir a qualidade e disponibilidade dos serviços e, consequentemente, a melhor satisfação das áreas clientes de Tecnologia da Informação da ANTT;
- f) Manter os serviços com um elevado padrão de desempenho, qualidade e produtividade;
- g) Melhorar o aproveitamento da tecnologia da informação e comunicação no atendimento das demandas.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens que se pretende adquirir são de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento dos equipamentos será executado sob demanda, mediante a abertura de ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB).

4.2. Os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, *preferencialmente*, no idioma português, do Brasil, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

4.2.1. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, impressa ou em mídia digital, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo, mesmo que autenticadas, e deverá ser disponibilizada no site do fabricante para download.

4.3. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da Emissão da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), devendo ser entregue na:

- a) Coordenação de Gestão de Bens, Materiais e Segurança Predial da Gerência de Recursos Logísticos (CBSEG/GELOG) - Telefone (61) 3410-1015, localizada na Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT, no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70.200-003.

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, de acordo com o modelo constante no **APÊNDICE “D”**, deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, conforme modelo constante no **APÊNDICE “E”**, deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. **DAS OBRIGAÇÕES DA ANTT**

5.1. São obrigações da ANTT:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

5.1.3. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

5.1.5. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.1.6. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.1.7. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

5.1.8. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

6.1.3. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

- 6.1.4. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 6.1.5. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 6.1.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.7. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.8. comunicar à ANTT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.9. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.10. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.1.11. adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010](#).

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a ANTT pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. De acordo com os termos definidos no Edital de licitação.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da [Lei nº 10.520/2002](#), a CONTRATADA que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1.1. A presente aquisição deverá ser realizada na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para registro de preços, em observância ao § 1º do Art. 9º do [Decreto nº 7.174/2010](#) e § 1º do Art. 1º do [Decreto nº 10.024/2019](#), devido ao fato de que os serviços são considerados comuns, conforme as características previstas no Art. 1º da [Lei nº 10.520/2002](#) e hipóteses previstas no Art. 3º do [Decreto nº 7.892/2013](#)

14.2. DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.2.1. A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa do objeto a ser ofertado, obedecida a mesma ordem constante deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

14.2.1.1. Entende-se por especificação clara e completa, o detalhamento do objeto, os quantitativos de produtos a serem entregues, marcas/modelos de aparelhos/equipamentos a serem fornecidos e demais condições gerais de prestação dos serviços que deverão constar da proposta da licitante.

14.2.2. Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências deste Termo de Referência no lugar da especificação clara e inequívoca dos produtos a serem entregues.

14.2.3. A licitante vencedora deverá apresentar planilha de preços, discriminando os valores total e unitário dos produtos a serem entregues.

14.2.4. A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, discriminando os valores unitários e totais do objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o modelo constante deste Termo de Referência.

14.2.5. A proposta deverá conter declaração da licitante de que se encontra apta a prestar o fornecimento dos bens pertinentes ao ofertado e às regras de negócio envolvidas.

14.3. DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.3.1. Independente do cumprimento das exigências relativas à Habilitação Jurídica, Econômico-Financeira e Fiscal, a **CONTRATADA** deverá:

14.3.1.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove aptidão para o fornecimento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos quantitativos do objeto da contratação, contendo as seguintes informações:

- a) Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone e fax para contato;
- b) Indicação do CONTRATANTE de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);
- c) Descrição das principais características dos bens, comprovando que a CONTRATADA executa ou executou o objeto da contratação;

d) Data de emissão do atestado ou da certidão;

e) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).

14.3.2. Os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação do objeto, deverão referir-se a um período mínimo de 12 (doze) meses.

14.3.3. Ficará a cargo da ANTT, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação dos mesmos.

14.3.4. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa CONTRATADA.

14.3.4.1. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

14.3.5. Os atestados deverão referir-se **ao objeto** prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

14.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em foram prestados os serviços.

14.3.7. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante deste Termo de Referência (**APÊNDICE “F”**), a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

14.3.7.1. A licitante deverá apresentar Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. **DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

14.4.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

14.4.1.1. Valor Global: **R\$ 272.213,00** (duzentos e setenta e dois mil e duzentos e treze reais)..

14.4.1.2. Valores unitários: conforme tabela de itens deste Termo de Referência.

14.4.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

15. **DO REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. **DA MOTIVAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO**

15.1.1. Deverá ser adotada a opção pelo Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo [Decreto nº 7.892/2013](#), e instituído pelo art. 15 da [Lei nº 8.666/1993](#), que dispõe sobre normas gerais de Licitação e Contratação na esfera pública.

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.”

15.1.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços é justificada com base no art. 3º do Decreto nº 7.892/13, em seus incisos I e IV. A parte final do inciso I alude ao cabimento de Registro de Preços quando, houver necessidade de contratações frequentes. Já o inciso IV trata da hipótese de cabimento do Registro de Preço quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Considerando-se a instituição do regime de trabalho remoto

excepcional e temporário para os servidores em exercício na ANTT ([Portaria ANTT nº 127/2020](#)) e que o objeto da contratação se trata de recurso para comunicação institucional virtual, gerando rapidez e eficiência na comunicação e nos serviços, essencial à garantia do desenvolvimento das atividades diárias dos servidores da Agência, lotados nas diferentes unidades regionais distribuídas no território nacional, e que porventura poderão requerer equipamentos do tipo Webcam e Headset, visando ampliar a interatividade entre os usuários da ANTT, torna-se impossível definir previamente quais unidades necessitarão de equipamentos ou quantitativos a serem demandados, e, desta forma, entende-se haver plena compatibilidade entre tais fatos e as hipóteses previstas no art. 3º do [Decreto nº 7.892/2013](#), que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15 da [Lei nº 8.666/1993](#).

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

15.2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.2.1. A ata de registro de preços advinda da presente contratação terá validade de 12 (doze) meses, nos termos do [Decreto nº 7.892/2013](#), sem a possibilidade de prorrogação.

15.3. DAS RESPONSABILIDADES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES COMO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.3.1. Caberá à ANTT, como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, as responsabilidades elencadas no [Decreto nº 7.892/2013](#), que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

15.3.2. Dentre as competências da ANTT, destaca-se o procedimento de Intenção de Registro de Preços, publicado no [Portal de Compras do Governo Federal](#) (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), visando a divulgação dos itens a serem licitados e facultar aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG), antes de iniciar o procedimento licitatório, consultar a IRP em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

15.3.3. Desta forma, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação.

16. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1. A estimativa de custo para a contratação do objeto deste Termo de Referência foi realizada a partir de pesquisa de preços, nos termos definidos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

16.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 272.213,00** (duzentos e setenta e dois mil e duzentos e treze reais).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A presente contratação correrá por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento Geral da União, aprovado pela LOA - Lei Orçamentária Anual de 2021, e será formalizado conforme preconizado no § 2º, do Art. 7º, do [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#), que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010](#) e [Decreto nº 7.746/2012](#), da Casa Civil, da Presidência da República.

18.2. A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
- n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- o) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, no que tange às certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO dos equipamentos a serem adquiridos, no que for aplicável.

18.3. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante deste Termo de Referência, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

18.4. A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste Termo de Referência, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

19. **INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA OS SEGUINTE APÊNDICES:**

19.1. **Apêndice "A"** - Especificações Técnicas do Objeto

19.2. **Apêndice "B"** - Modelo de Proposta de Preços

19.3. **Apêndice "C"** - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens

19.4. **Apêndice "D"** - Termo de Recebimento Provisório

- 19.5. **Apêndice "E" - Termo de Recebimento Definitivo**
- 19.6. **Apêndice "F" - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental**

(assinado eletronicamente)
UENDEL DA SILVA TAVARES
Integrante Requisitante
GETIC/SUTEC/ANTT

(assinado eletronicamente)
JULIANA MIRANDA CRUZ RIBEIRO
Integrante Técnico
COATI/GETIC/SUTEC/ANTT

(assinado eletronicamente)
SIOMAR CARIBÉ DE OLIVEIRA
Integrante Administrativo
COAFIBA/SUDEG/ANTT

APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA, e encaminha-se à **Superintendência de Gestão Administrativa - SUDEG**, autoridade competente da Área Administrativa, com competência para planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas aos processos de contratação, conforme inciso III, art. 2º, da IN SGD/ME nº 01/2019, e submeter o Termo de Referência à **autoridade competente** para a aprovação motivada, no caso, o **Diretor Geral da ANTT**, nos termos do art. 12, § 6º, do referido regramento.

(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA
Superintendente de Tecnologia da Informação

----- FIM DO TERMO DE REFERÊNCIA -----



Documento assinado eletronicamente por **SIOMAR CARIBÉ DE OLIVEIRA**, Integrante Administrativo, em 18/11/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MIRANDA CRUZ RIBEIRO**, Integrante Técnico, em 18/11/2021, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA**, Superintendente, em 18/11/2021, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **UENDEL DA SILVA TAVARES**, Integrante Requisitante, em 18/11/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11805937&infra_si...)



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **8800541** e o código CRC **632ED35C**.

Referência: Processo nº 50500.083853/2021-49

SEI nº 8800541

APÊNDICE “A”

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

1. ITEM 1 - CÂMERA DE VÍDEO USB, TIPO WEBCAM

(Modelo de referência: Logitech Série C925e, similares ou superiores, que atendam a todas as especificações mínimas abaixo)

1.1. Especificação Técnicas:

- a) Deverá possuir base tipo clipe com possibilidade de fixação em tela de notebooks, monitores, mesa ou tripé, sem a necessidade de adaptadores;
- b) Deverá possuir microfone omnidirecional ou duplo, integrado, estéreo e interno, com cancelamento ou redução de ruído;
- c) Deverá possuir resolução Full HD de no mínimo 1080p (1920 x 1080 pixels);
- d) Deverá possuir capacidade para gravar vídeo Full HD de alta qualidade em até 30 fps (frames per second);
- e) Deverá possuir campo de visão horizontal de no mínimo 70° e vertical de no mínimo 40°;
- f) Deverá possuir foco automático;
- g) Deverá possuir mecanismo de privacidade integrado, que permita ao usuário tapar a câmara por meio de dispositivo físico;
- h) Deverá possuir Interface USB 2.0 ou superior, com cabo de pelo menos 1,5 metros;
- i) Deverá possuir zoom digital de no mínimo 4x;
- j) Deverá possuir resolução óptica real de no mínimo 3MP (sem auxílio de software);
- k) Deverá possuir Captura de vídeo e foto;
- l) Deverá possuir recurso de identificação e rastreamento de rosto;
- m) Deverá possuir recurso de detecção de movimentos;
- n) Deverá possuir conectividade plug-and-play via USB;
- o) Deverá ser compatível com: Windows 10 ou superior; Windows 10 Pro e MacOSTM 10.7 ou superior.
- p) Deverá suportar os navegadores Chrome, Internet Explorer, FireFox, Edge;

- q) Deverá ser compatível com plataformas de comunicações certificado Microsoft Teams;
- r) Garantir suporte e acesso a toda e qualquer atualização de software, firmware ou corretivo (hotfix) disponibilizada gratuitamente sem data limite, respeitado o tempo de vida do produto (período vigente de fabricação);
- s) Garantia de 12 (doze) meses.

1.2. Acessórios:

- a) Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os cabos e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, acondicionados dentro de sua respectiva caixa ou em embalagem protegida afixada à sua caixa, não sendo aceitas entregas fracionadas dos acessórios que compõem o equipamento;
- b) Os equipamentos deverão estar acompanhados dos Manuais de Instruções e do Usuário.

2. ITEM 2 - FONE DE OUVIDO, TIPO HEADSET

(Modelo de referência: JBL Tune 510BT, similares ou superiores, que atendam a todas as especificações mínimas abaixo)

2.1. Especificação Técnicas:

- a) Versão do Bluetooth 5.0 ou superior;
- b) Tempo de reprodução de áudio de 40 Horas;
- c) Tempo de carregamento de 3 Horas;
- d) Alças Dobráveis e compacta;
- e) Integração com assistente de voz;
- f) Microfone integrado;
- g) Impedância passiva entre 30 e 40 Ohms;
- h) Drivers dinâmicos de no mínimo 32 mm;
- i) Bateria recarregável;
- j) Wireless;
- k) Cabo para recarga USB-C;
- l) Peso de até 180 gramas;
- m) Garantia de 12 (doze) meses.

3. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

3.1. A **GARANTIA TÉCNICA** terá vigência de **12 (doze) meses**, complementar à garantia legal, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contra qualquer defeito e/ou incorreção de fabricação, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, no qual deverão ser garantidos todos os serviços de manutenção e suporte técnico dos equipamentos adquiridos.

3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a ANTT.

3.3. A garantia será de exclusiva responsabilidade da Contratada, vedada a transferência de responsabilidade ao fabricante.

3.4. A Contratada, ou sua assistência técnica autorizada, deverá dar atendimento de manutenção total durante o período de garantia, sem quaisquer ônus adicionais à ANTT, visando corrigir os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da ANTT pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela ANTT.

3.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela ANTT, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da ANTT ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a ANTT autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem

ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.10. Durante o período de garantia, no caso de necessidade de substituição de produtos que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, a Contratada fica obrigada a proceder a substituição por produto tecnologicamente equivalente ou superior.

3.11. Os chamados técnicos serão sempre realizados pela equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato na ANTT diretamente à Contratada que, no caso de ter Assistência Técnica Autorizada, deverá tomar todas as providências necessárias ao pleno atendimento do chamado junto à sua assistência técnica, obedecendo rigorosamente os prazos e condições estabelecidos.

3.12. Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços de garantia, inclusive as substituições de produtos e/ou seus componentes e os referente ao transporte dos equipamentos, será de inteira responsabilidade da Contratada, bem como a responsabilidade dos produtos e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda de sua Assistência Técnica Autorizada, arcando com quaisquer danos.

3.13. A Contratada deverá disponibilizar telefone, e-mail ou site para abertura de solicitação do atendimento de assistência técnica, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta-feira das 8h às 18h (horário de Brasília), excluindo-se feriados locais na cidade sede da CONTRATADA e nacionais.

3.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

----- FIM DO APÊNDICE “A” -----

APÊNDICE "B"**PROPOSTA DE PREÇOS**

(em papel timbrado da empresa)

À

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**Superintendência de Gestão Administrativa - SUDEG / Gerência de Licitações e Contratos - GELIC****Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8****70200-003 - Brasília, DF****Referência:** Pregão Eletrônico SRP nº ____/____.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para eventual aquisição de Câmera de Vídeo USB, tipo Webcam, e Fone de ouvido, tipo Headset, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Fabricante/Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Câmera de Vídeo USB, tipo Webcam	Unidade				
2	Fone de ouvido, tipo Headset	Unidade				
VALOR TOTAL (R\$)						

** Deverá ser apresentada, junto com a proposta comercial, toda a documentação técnica completa e atualizada, preferencialmente, no idioma português, do Brasil, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes.*

1) Dados da Proposta:Valor Total: R\$ _____ (**VALOR POR EXTENSO**).**2) Dados do Objeto:**

ITEM 1 - Câmera de Vídeo USB, tipo Webcam:

Marca / Modelo: _____ Nome do Fabricante: _____

Procedência: 1. Nacional [] 2. Importado: []

Sítio na WEB do Fabricante: _____

Link das especificações técnicas do equipamento: _____

ITEM 2 - Fone de ouvido, tipo Headset:

Marca / Modelo: _____ Nome do Fabricante: _____

Procedência: 1. Nacional [] 2. Importado: []

Sítio na WEB do Fabricante: _____

Link das especificações técnicas do equipamento: _____

3) Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

5) Dados da empresa:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ (MF) nº _____

c) Inscrição Estadual nº: _____

d) Endereço: _____

e) Telefone: _____ Fax: _____ e-mail: _____

f) Cidade: _____ Estado: _____

g) CEP: _____

h) Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o contrato:

a. Nome: _____

b. Cargo: _____

c. CPF: _____ RG: _____ - _____

i) Dados Bancários:

a. Banco: _____

b. Agência: _____

c. Conta Corrente: _____

j) Dados para Contato:

a. Nome: _____

b. Telefone/Ramal: _____

Declaramos, para todos os fins e efeitos legais, aceitar, irrestritamente, todas as condições e exigências estabelecidas no Edital da licitação.

Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da Agência Nacional de Transportes Terrestres; e que a empresa possui todas as condições técnicas e operacionais para atender ao objeto constante do instrumento convocatório, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desenvolvimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Local e data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)
Cargo
CPF

----- FIM DO APÊNDICE "B" -----

APÊNDICE "C"**ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB)**

Nº da Ordem de Fornecimento	Data de Emissão da OFB	Nº do Contrato	Data de Assinatura do Contrato
Área Requisitante		Requisitante Responsável	

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA

Nome da Empresa

CNPJ

Inscrição Estadual

Endereço

Cidade

Estado

CEP

Telefone

E-mail institucional

Preposto

2. OBJETO DO CONTRATO**2.1. ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E CUSTOS ESTIMADOS**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL DA OFB R\$					

2.2. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DAS ENTREGAS**2.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO DA ENTREGA**

Data de Início da Entrega	___/___/___	Data de Término da Entrega	___/___/___
---------------------------	-------------	----------------------------	-------------

3. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS/PRODUTOS

Na Superintendência de Tecnologia da Informação (SUTEC), Bloco "G" - 1º Subsolo, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003.

4. APROVAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO**Solicitação**

Solicitamos a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Fornecimento de Bens, que tem por base as obrigações e responsabilidades da contratada constantes do contrato firmado, supra indicado.

(assinado eletronicamente)
<Nome do Fiscal Requisitante>
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>
Fiscal Requisitante

Autorização

Autorizo a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Fornecimento de Bens, que tem por base as obrigações e responsabilidades da contratada constantes do contrato firmado, supra indicado.

(assinado eletronicamente)
<Nome do Gestor do Contrato >
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>
Gestor do Contrato

5. CIENTE DA CONTRATADA

Declaramos nossa ciência e concordância com as condições registradas nesta Ordem de Fornecimento de Bens para execução dos serviços solicitados.

(assinado eletronicamente)
<Nome do Representante Legal da Contratada>
CPF:
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE "C" -----

APÊNDICE "D"**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****IDENTIFICAÇÃO**

Nº do Contrato	Número da O.F.B.	Data de Emissão
Contratante		
Contratada		
Processo Administrativo nº	Processo Licitatório	
Objeto		

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

Item	Descrição dos bens	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
2					
VALOR TOTAL (R\$)					

RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea "a", da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que os bens, integrantes da O.F.B. acima identificada e/ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente nesta data e serão objetos de avaliação quanto à adequação da Solução de Tecnologia da Informação e à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato pela Contratante.

Para fins de recebimento destes bens foram entregues os seguintes documentos:

- 1) _____;
- 2) _____.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes bens ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias, desde que não se observem

inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

PELA CONTRATANTE:

(assinado eletronicamente)
<Nome do Fiscal Técnico>
Matrícula SIAPE *<Nº da matrícula>*
Fiscal Técnico

PELA CONTRATADA:

(assinado eletronicamente)
<Nome do Representante Legal da Contratada>
CPF:
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE “D” -----

APÊNDICE “E”

MODELO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO

Nº do Contrato	Número da O.F.B.	Data de Emissão
Contratante		
Contratada		
Processo Administrativo nº	Processo Licitatório	
Objeto		

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

Item	Descrição dos bens	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
2					
VALOR TOTAL (R\$)					

ATESTES DE RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que os bens integrantes da O.F.B. acima identificada e/ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência e do Contrato, com base no Relatório Circunstanciado elaborado pela fiscalização técnica e documentação apresentada.

DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à O.F.B. acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº _____ ou Nota Técnica nº _____>.

PELA CONTRATANTE:

(assinado eletronicamente)
<Nome do Fiscal Requisitante>
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>
Fiscal Requisitante

(assinado eletronicamente)
<Nome do Fiscal Técnico>
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>
Fiscal Técnico

PELA CONTRATADA:

(assinado eletronicamente)
<Nome do Representante Legal da Contratada>
CPF:
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE “E” -----

APÊNDICE “F”

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(em papel timbrado da empresa)

Empresa		
CNPJ		Inscrição Estadual
Endereço		
Cidade		Estado
CEP	Telefone	E-mail institucional
Representante Legal		

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico SRP nº ____/____, instaurado pelo Processo nº _____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa

(Nome legível)

CPF nº

----- FIM DO APÊNDICE “F” -----